

A ilha ameaçada

Já não existe dúvida de que a Constituinte agiu emocionalmente quando decidiu transferir a Ilha de Fernando de Noronha da União para a jurisdição do governo de Pernambuco. Os constituintes não tiveram tempo e condições para examinar em profundidade uma proposta que ameaça condenar à degradação um dos sítios ecológicos mais ricos do litoral brasileiro.

A decisão misturou interesses políticos e pessoais. Alguns políticos pernambucanos desejavam ampliar o grau de dificuldades que enfrenta o governador Miguel Arraes; outros foram movidos pelo mesquinho sentimento de vingança contra o governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, atingindo, ainda, o próprio Presidente da República.

Felizmente, muitos estão se apercebendo do grande erro cometido e se dispõem a repará-lo quando da votação do dispositivo do segundo turno de votação. Atormentado por problemas de toda a ordem, como qualquer outro estado do Nordeste, Pernambuco não tem meios financeiros para garantir a preservação daquele patrimônio natural.

A saída mais fácil seria estimular o turismo de massa capaz de comprometer irremediavelmente a sobrevivência da ilha. A surpreendente decisão ocorre no justo momento em que o Governo Federal empreende elogiável esforço para assegurar sadio desenvolvimento do Arquipélago sem comprometer o equilíbrio ecológico. Depois da transferência da Ilha de jurisdição militar (Estado-Maior das Forças Arma-

das) para a órbita do Ministério do Interior, em 1987, o primeiro governo civil iniciou um programa integrado que visa a compatibilizar o desenvolvimento, incluindo a exploração turística, com o ecossistema.

O governador Fernando César Mesquita firmou acordo com o Ministério da Agricultura para instalar um armazém da Cobal, a fim de garantir o precário abastecimento dos habitantes da Vila. Ao mesmo tempo, executa um projeto que visa dar uma infraestrutura básica à Ilha, garantindo abastecimento d'água, suprimento de energia elétrica, porto razoável para proteger os bancos de corais, além de melhorar os padrões de assistência médica e educacional.

Graças a convênio estabelecido com a Embrapa, o governo do Território conseguiu aumentar para 300 toneladas a produção de cereais, abrindo-se a perspectiva de garantir auto-suficiência à Ilha. Ao mesmo tempo, aproveita a mão-de-obra dos pescadores artesanais, dando-lhes ajuda, para que seja incrementada a exploração dos ricos bancos pesqueiros da região.

Todo esse esforço é empreendido com intensa participação dos habitantes, que trocaram, de repente, existência modorrenta e sem sentido pela esperança em futuro melhor. Todo o trabalho iniciado sob auspícios tão promissores está ameaçado pela decisão da Constituinte. Espera-se que os nossos constituintes restabeleçam o vínculo do Território com a União garantindo a sobrevivência do arquipélago de Fernando de Noronha.